



Linha de Pesquisa: Economia Brasileira, História Econômica e Metodologia

VISCONDE DE MAUÁ E OS PRIMÓRDIOS DO DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL BRASILEIRO

Ana Caroline Haiduk¹

Luis Fernando Oliveira Medeiros²

Nadine Gerhardt Lermen³

Tatiéli Monique Brönstrup⁴

Resumo: O presente artigo tem como objetivo promover uma análise da contribuição de Irineu Evangelista de Souza (Visconde de Mauá) no desenvolvimento do capitalismo brasileiro, focalizando suas realizações *vis a vis* o contexto macroeconômico e institucional do período histórico de 1840 a 1875. Os procedimentos metodológicos consistem na investigação documental biográfica e na revisão da literatura especializada de publicações da história e formação econômica do Brasil. Conclui-se que Visconde de Mauá era um empreendedor pioneiro com ideário industrializante que viveu numa conjuntura essencialmente agrícola, com participação relevante em vários setores econômicos cuja alavancagem da industrialização não fora consolidada devido aos entraves institucionais, infraestruturais e do trabalho escravo inerentes ao período analisado.

Palavras-chave: Visconde de Mauá, industrialização brasileira, infraestrutura.

Abstract: This article aims to analyze the biography of Viscount Mauá, highlighting the historical context, the achievements and difficulties that marked the period in which he lived. The methodology consisted in the review of the literature about the subject and from that we could conclude that Maua was a great enterprising on the Brazilian economy and also one of the earliest landmarks of capitalist practices in Brazil, being very important the rescue of its history and its contribution to understanding the origins of Brazilian industrial development and the implementation of the capitalist mode of production in Brazil.

Keywords: Viscount Mauá, achievements, difficulties.

JEL: N

¹ Graduanda em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: anac.haiduk@gmail.com

² Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: luisfer.medeiros@gmail.com

³ Graduanda em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: nadineq.lermen@gmail.com

⁴ Graduanda em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: tati.acej@gmail.com



INTRODUÇÃO

No século XIX, o país foi marcado por grandes transformações políticas, econômicas e sociais, abrangendo o final do período colonial, a monarquia e o início da república. Nesse contexto, a economia brasileira inicia um longo processo de transição do colonialismo mercantil para o capitalismo, no qual surgem as primeiras indústrias brasileiras, imprescindíveis para o advento e estímulo do desenvolvimento industrial no Brasil. Tais transformações sugerem a necessidade de uma incursão mais precisa acerca da forma como se sucederam e sobre os expoentes que se destacaram neste processo, tal como Visconde de Mauá.

Mauá foi uma referência empresarial do período pré-capitalista no Brasil, incorporando no Brasil colonial fatores como o trabalho assalariado, a busca do lucro e a formação de grandes grupos de negócios, inclusive com membros de vários países. A incorporação das primeiras companhias e sociedades assinala o início de um processo de concentração de capitais, o que representa um ponto de partida para o capitalismo, que começa a dar seus primeiros sinais (Prado Júnior, 2008, p.193), e para o desenvolvimento industrial brasileiro.

Partindo deste contexto, tem-se como hipótese que o Visconde de Mauá teve um papel fundamental no processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil e nos primórdios da industrialização brasileira, uma vez que o conjunto de seus empreendimentos facilitou e estimulou o desenvolvimento das forças produtivas locais, que vai desde a construção da infraestrutura e da indústria de base da época até a introdução dos princípios capitalistas.

Seguindo esta temática, este estudo, que tem como objetivo central mostrar aspectos cruciais sobre trajetória empreendedora de Mauá e suas contribuições para o desenvolvimento industrial brasileiro, no contexto macroeconômico que abrange 1840 à 1875.

A metodologia que contempla incursões na literatura especializada referente ao desenvolvimento industrial no período de análise, *vis a vis* às particularidades da participação de Mauá, reside na importância de um estudo em que não se subestime e nem se sobrevalorize sua participação na industrialização brasileira.



2 CONTEXTO HISTÓRICO E INSTITUCIONAL

Esta seção apresenta, num relance, os antecedentes da formação econômica brasileira e, posteriormente contextualiza Mauá com sua participação nesse processo.

2.1 Antecedentes

O século XIX, no Brasil, foi marcado por grandes transformações políticas, econômicas e sociais, mas a maior transformação do século XIX ocorre na segunda metade desse século e é a revolução da “*distribuição das atividades produtivas*” que decorre do “*deslocamento da primazia econômica*” (Prado Júnior, 2008, p.157) do Norte para o Centro-Sul, região em crescente desenvolvimento graças ao café. Assim, com a decadência das lavouras tradicionais, como a cana-de-açúcar, o algodão e o tabaco, devido à conjuntura internacional desfavorável ao comércio desses produtos, o Centro-Sul assume o poder econômico devido à ascensão da cafeicultura.

A estagnação do período colonial é rompida em 1808, com a vinda da família real portuguesa para o Brasil, o que provocou o início das mudanças. A partir desse momento, passa-se a adotar “*diferentes medidas de caráter econômico*” que “*romperam muitas das conexões coloniais do Brasil*” (Prado Júnior, 2008, p. 184), o que contribuiu para a independência política em 1822.

Com a conquista da independência, Dom Pedro I assume o poder e inicia-se o regime monárquico. Em 1831, o imperador abdica do trono após um reinado conturbado, devido a desavenças políticas e a uma crise econômica. Em seguida, inicia-se o período da Regência, marcado pela instabilidade política e por revoltas populares.

BOX 1: PARTICULARIDADES BIOGRÁFICAS⁵

Irineu Evangelista de Sousa nasceu em 28 de dezembro de 1813, em Arroio Grande no estado do Rio Grande do Sul. Posteriormente, mudou-se para o Rio de Janeiro. No ano de 1823 começou a trabalhar num armazém. Irineu aprendeu rapidamente os afazeres e a trabalhar naquele ramo, o que permitiu que assumisse melhores cargos, sendo que aos catorze anos, já detinha o comando da empresa, como contador. Posteriormente, Irineu passou a trabalhar na empresa Carruthers & Co.,

⁵ O box 1 apresenta as particularidades biográficas de Visconde de Mauá



onde aperfeiçoou seu conhecimento sobre comércio, aprendeu a língua inglesa e entrou em contato com as ideias do liberalismo econômico inglês, de Smith e Ricardo.

Quando Carruthers se aposentou em 1835, ele deixou Irineu, com 22 anos na época, no comando da empresa. Em 1840, Irineu viajou para a Europa pela primeira vez, onde se encantou com a realidade inglesa pós-Revolução Industrial, que veio a ter forte influência sobre seus negócios.

Defensor dos ideais liberais, Irineu defendia o trabalho livre, fez fortuna com o comércio internacional e com seus diversos empreendimentos, buscando trazer para o Brasil os negócios bem sucedidos na Inglaterra. Na viagem para a Inglaterra, em 1840, visitou fábricas de tecidos, estaleiros, fundições, estradas de ferro e bancos, além de buscar parcerias para suas empresas, conseguindo captar dinheiro no mercado inglês para ser aplicado nos seus negócios no Brasil.

Primeiramente, Mauá criou um banco do governo, e havia notícias em jornais que propagar que seus negócios não eram confiáveis. Desse modo, os depositários começam a retirar seu dinheiro do Banco do Brasil e passam a depositá-lo no banco do governo. O golpe do governo se deu em um momento crítico, fazendo os empreendimentos de Mauá entrar em crise.

Irineu Evangelista de Sousa recebeu, em 1854, o título de Barão de Mauá do imperador Dom Pedro II e em 1874 o título de Visconde de Mauá. Também foi deputado eleito pelo Partido Liberal do Rio Grande do Sul, entre 1855 e 1869.

Em 1875, Mauá acabou indo à falência, mas conseguiu saldar suas dívidas. No dia 31 de agosto foi publicado o decreto e as regras de fusão do Banco do Brasil com o banco do governo. *“Tudo ficava com o governo: capitais, móveis, funcionários treinados e até o nome”* (Caldeira, 1995, p.278). Mauá morreu em outubro de 1889, aos 76 anos.

2.2 A emergência de Mauá no contexto da história econômica do Brasil

Em 1840, Dom Pedro II assume o Império, iniciando um período de quase meio século de relativa estabilidade política e de prosperidade econômica, devido à consolidação do Estado e à riqueza proveniente do café. E é justamente nesse período que o Barão de Mauá inicia seus empreendimentos. Todavia, apesar da estabilidade política e da prosperidade econômica serem favoráveis a seus novos empreendimentos,



as realizações de Mauá foram limitadas pelo contexto institucional, ainda fortemente vinculado ao período colonial.

Nas primeiras décadas do segundo reinado o processo produtivo brasileiro ainda tinha sua base no regime escravocrata, e, além disso, o Brasil era caracterizado pela forte vocação agrícola, com uma economia muito dependente do setor agrário-exportador, e por um Estado e uma elite altamente conservadora, favorável à manutenção das antigas estruturas mercantilistas. Caio Prado Júnior (2008) ressalta que *“o império sempre constituiu uma força conservadora, não raro reacionária, que só muito prudentemente acompanhava o surto de renovação que perpassava na vida brasileira”* (Prado Júnior, 2008, p. 195).

O trabalho escravo e a produção agrícola direcionada à exportação não permitiam o desenvolvimento de um mercado interno significativo (Bertero e Iwai, 2005). Além disso, havia grandes restrições ao crédito, ausência de um mercado financeiro estruturado, um poder judiciário ineficiente, meios de transporte e comunicação precários e falta de políticas favoráveis ao desenvolvimento de negócios.

Todo esse conjunto institucional, social e econômico serviu de barreira aos negócios de Mauá, que tinha como inspiração as novas sociedades capitalistas europeias, como a Inglaterra em sua Revolução Industrial. Mas, suas ideias revolucionárias tiveram dificuldades de se adaptar a sociedade brasileira da época, uma vez que a escravidão criava um modelo incompatível com a cultura ocidental moderna, já totalmente inserida no capitalismo.

Todavia, apesar de a sociedade brasileira estar ainda distante do capitalismo naquele período, todos os empreendimentos de Mauá só foram possíveis porque já havia uma acumulação primitiva de capital, que se originara com o escravismo colonial, uma vez que nem toda renda era enviada a Portugal. Parte dela ficava na colônia, com plantadores e mercadores. E, a partir de 1850, essa renda sofreu um incremento devido ao fim do tráfico de escravos e à prosperidade gerada pela cafeicultura (Gorender, 2004).

2.3 Contexto macroeconômico brasileiro do Império

Quando se trata de investigar a gênese da industrialização brasileira, percebe-se que há na literatura especializada, um consenso mais geral acerca desse processo dentro de um período histórico mais amplo. Contudo, para incursões temporais mais precisas, é



necessário focalizar especificidades a partir de um detalhamento de particularidades capazes de compreender o processo objeto desta pesquisa e que possibilitará mostrar o grau desenvolvimento industrial, já atingido no período histórico em que Mauá participava da vida econômica brasileira.

Destarte, é notório que o contexto macroeconômico não apresentava todas as precondições que permitissem um desenvolvimento industrial em bases mais amplas, quando se considera que foi no período imediatamente posterior, mais precisamente o Encilhamento (1886 -1894), que com aumento da quantidade de moeda em circulação influenciou decisivamente na gênese da industrialização do país. Obviamente, o Encilhamento *per si* não fora suficiente para deflagração mais incisiva do processo de industrialização, mas, como afirmava Fishlow (1972), o atraso na depreciação da taxa de câmbio implicou no estímulo da produção interna de máquinas.

O objetivo não é aprofundar a discussão acerca do início da industrialização brasileira, para tal intento teria que se lançar mão da literatura especializada o que demandaria a necessidade de elaboração de um artigo específico sobre essa temática. Grosso modo, vale ressaltar aspectos gerais no concernente à essas interpretações e específicos no tocante àqueles autores que já perceberam formas de desenvolvimento industrial, mesmo que de baixa complexidade tecnológica e em setores restritos, porém cruciais para a compreensão do quadro macroeconômico do período evidenciado na análise proposta.

Dentre os aspectos mais gerais é possível agrupar as diferentes visões acerca do desenvolvimento da industrialização brasileira em quatro interpretações: a) teoria dos choques adversos; b) ótica da industrialização liderada pela expansão das exportações; c) interpretação baseada no desenvolvimento do capitalismo no Brasil (Capitalismo Tardio); d) ótica da industrialização intencionalmente promovida por políticas do governo⁶.

Vale ressaltar que para o propósito desse estudo, focaliza-se apenas aspectos referentes à gênese da industrialização brasileira. Assim, uma interpretação largamente aceita pela literatura especializada é a de Mello (1975), Silva (1976), Cano (1977) e Aureliano (1981), que coadunam com a concepção de que o início da industrialização brasileira ocorreu entre os anos de 1886 e 1894. Todavia, Suzigan (1986) afirma que

⁶ Um detalhamento acerca da participação de cada autor ou grupo de autores da literatura especializada em cada uma dessas abordagens, bem como as linhas de argumentação consensos e dissensos pode ser buscado em Suzigan (1986).



antes de 1886 e antes de 1880, já havia investimentos produtivos na indústria brasileira em fábricas de tecidos, chapéus, calçados e na indústria metal-mecânica.

Para Suzigan (1986), não se pode menosprezar o fato de que a acumulação do capital cafeeiro estimulou, em certa medida, o desenvolvimento industrial na cidade e província de Rio de Janeiro, e que outros produtos básicos de exportação também estimularam o desenvolvimento industrial em outras áreas, particularmente no Nordeste e em Minas Gerais, antes da década de 1880. Devido a isso, o autor afirma que seria mais correto se referir aos anos de 1886-1894 como um período em que a formação de capital industrial se acelerou substancialmente, no auge de um ciclo de expansão das exportações de café. (SUZIGAN, 1986, p.46)

Furtado (2005) chama atenção para a “questão do trabalho servil”, já que o pensamento da época era essencialmente a favor da manutenção da estrutura escravista já estabelecida devido ao medo que tinham os possuidores da mão de obra escrava nesse sistema de um chamado “hecatombe social”, que seria a abolição da escravatura e consequentemente a perda de riquezas dos detentores de escravos. *“Mesmo os espíritos mais lúcidos e fundamentalmente antiescravistas, como Mauá, jamais chegaram a compreender a natureza real do problema e se enchiaram de susto diante da proximidade deste ‘hecatombe inevitável’.”* (FURTADO, 2005, p.142)

Havia também os que defendiam que ao não precisar utilizar parte de seu capital para manter a força de trabalho escrava, sobraria ainda mais capital a sua disposição. Segundo Furtado a abolição da escravatura não acarretaria nem destruição nem criação de riqueza: *“Constitui simplesmente uma redistribuição da propriedade dentro de uma coletividade.”* (FURTADO, 2005, p.143)

Para Furtado (1999), portanto, o principal entrave macroeconômico no período em análise, está na expansão da força de trabalho no país. Afirma que uma das poucas iniciativas dizia respeito à criação de um banco nacional que juntamente com a preservação da unidade nacional, configurariam esse longo período de dificuldades. Ao considerar o problema da inexistência de uma técnica própria, defende como saída única o desenvolvimento do comércio internacional.

3 A INSERÇÃO ECONÔMICA DOS EMPREENDIMENTOS DE MAUÁ

Esta seção aborda os principais empreendimentos do Barão de Mauá, que se destacam tanto por sua diversificação quanto por suas dimensões, com objetivo de



transcender a ideia de pioneirismo comercial e, por conseguinte mostrar possíveis incursões no aporte infraestrutural e industrial do período.

Os negócios de Mauá se estendiam desde o Amazonas até o Rio Grande do Sul. Mauá era proprietário de várias empresas, instaladas em mais de seis países, com um grande conjunto de sócios, dentre os quais constavam milionários ingleses, nobres franceses, especuladores norte-americanos, comerciantes do Pará, fazendeiros do Rio Grande do Sul, entre outros. Possuía bancos no Brasil, Uruguai, Argentina, Estados Unidos, Inglaterra e França (Caldeira, 1995).

Mauá desenvolveu no país uma série de empreendimentos, dentre os quais se destacam ferrovias, bancos e fábricas. De acordo com Caldeira (1995):

[...] o barão geria bancos no Brasil, Uruguai, Argentina, Estados Unidos, Inglaterra e França; estaleiros no Brasil e no Uruguai; três estradas de ferro no interior do Brasil; a maior fábrica do país, uma fundição que ocupava setecentos operários; uma grande companhia de navegação; empresas de comércio exterior; mineradoras; usinas de gás; fazendas de criação de gado; fábricas variadas (CALDEIRA, 1995, p. 17).

Mauá controlava oito das dez maiores empresas brasileiras, sendo que as outras duas, o Banco do Brasil e a Estrada de Ferro Dom Pedro II, eram estatais. Em 1867, todas as empresas de Mauá, em conjunto, atingiram um total de ativos de quase 115 mil contos de réis (Caldeira, 1995), enquanto o orçamento do Império de D. Pedro II era de 97 mil contos de réis (BERTERO E IWAI, 2005).

Banqueiro, industrial, comerciante, fazendeiro e político, responsável pela construção da primeira ferrovia do país, a Estrada de Ferro de Petrópolis, e pioneiro no estabelecimento da primeira indústria do Brasil. Também teve participação na instauração da iluminação do Rio de Janeiro, na navegação de cabotagem no Amazonas e na viabilização do primeiro cabo submarino, ligando o Brasil à Europa e, desse modo, possibilitando a comunicação via telégrafo (BERTERO E IWAI, 2005).

Magalhães (2003, p.145) mostra que até a primeira metade do século XIX, a iluminação pública era precária e o uso do gás começou no Rio de Janeiro em 1854, com material fabricado na empresa de Visconde de Mauá (Estaleiro da Ponta d'Areia)⁷. A iluminação pública de rua e parques da cidade onde se pôde então passear até de noite, permitiu que se desenvolvesse uma vida social mais movimentada.

⁷ Este estaleiro diz respeito ao principal empreendimento que compreende o desenvolvimento em metalurgia da época, tendo sido o complexo industrial mais importante do Império, ali além de navios se fabricavam caldeiras, máquinas à vapor, vagões ferroviários, guindastes, serrarias, e outras máquinas (Telles, 1994).



A autora lembra que primeiro telégrafo nacional foi inaugurado em 1852, no Rio de Janeiro e esse meio de comunicação teria sido construído, ao poucos noutros recantos do território nacional, fundamentalmente, devido às necessidades decorrentes da Guerra do Paraguai. Magalhães (2003, p.145), afirma que ao final do Império a rede telegráfica cobria todo o litoral e se ligava aos países vizinhos do sul. O cabo submarino entre o Brasil e a Europa foi inaugurado em 1874, por iniciativa de Visconde de Mauá. Antes disso em 1854, fora inaugurada a primeira ferrovia concretizada por Mauá, de pequeno porte, inaugurada em 1854 e o trecho final em 1856, a partir de estudos de engenheiros ingleses (Magalhães, 2003, p.140).

Em um escopo analítico mais geral, para o período histórico estudado, Magalhães (2003), descreve que não havia um pensamento articulado e coeso entre os industriais, sendo que a própria Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional que teria de encarregado por vezes de demonstrar, ao se posicionar contrariante de uma política de industrialização do país, acatando as doutrinas liberais do *laissez-faire*. Não esteve, portanto, a classe empresarial a altura da oportunidade criada pela Tarifa Alves Branco e nem seria esta a última vez em que a burguesia brasileira demonstraria sua falta de personalidade própria. As exceções neste quadro seriam individuais, citando apenas Visconde de Mauá, cujas empresas teriam “naufogado” devido a um fraco esquema financeiro de apoio, pela omissão do Estado, em não pelo contrário como seria defendido, ou seja, pela intromissão estatal⁸.

4 OBSTÁCULOS INSTITUCIONAIS À IMPLEMENTAÇÃO DA INDÚSTRIA

Mauá vislumbrava um desenvolvimento industrial nos moldes ingleses para o Brasil. Nesse ponto surgem as dificuldades, pois, no Brasil de meados do século XIX ainda predominava o capitalismo mercantil, e só havia algumas fábricas artesanais, em sua maioria no meio de fazendas. Fabricavam tecidos grossos para uso dos escravos em sua maioria, e algumas fabricavam também alguns utensílios agrícolas. A única coisa semelhante a uma grande indústria que existia no Brasil nesse período eram as unidades de processamento de produtos agrícolas, como charqueadas ou engenhos de açúcar.

O Barão de Mauá defendia o fim da escravidão e pagava salários aos seus empregados. Contudo, achar trabalhadores livres dispostos a se empregar numa fábrica

⁸ A autora discorda, neste quesito com Jorge Caldeira (1995), afirmando que o propalado teria ocorrido com a intenção de justificar o avanço do neo-liberalismo no Brasil, na década de 1990.



era uma tarefa árdua, por conta das ideias que rodeavam o trabalho naquele mundo de senhores e escravos. Todo tipo de trabalho manual era considerado tarefa humilhante para os cidadãos livres.

Até certo ponto o governo brasileiro contribuiu para a ascensão de Mauá, fornecendo empréstimos a juros baixos e com um grande período de carência, para que ele pudesse fazer seus investimentos. Contudo, quando o imperador percebeu que o Barão estava obtendo muito êxito em seus empreendimentos, e sentiu sua hierarquia ameaçada, ele deu início a uma série de ataques ao o empresário.

Em síntese, as principais dificuldades encontradas por Mauá dizem respeito ao contexto histórico e institucional brasileiro, caracterizado por uma economia voltada quase exclusivamente para a agricultura; uma sociedade escravista; o poder político centralizado pelo imperador; a ausência de mercado financeiro estruturado; uma mentalidade onde os interesses privados não se dirigiam para o bem comum. Nesse contexto, os ideais capitalistas do Barão de Mauá estavam deslocados e eram vistos como irracionais pela maioria.

Todo esse contexto histórico, político e institucional limitou a realização e o sucesso dos empreendimentos de Mauá, e dificultou, de modo geral, o desenvolvimento industrial brasileiro. O próprio Barão de Mauá acreditava que “a política brasileira, na prática, impedia que empresas brasileiras se desenvolvessem e favorecia as empresas inglesas” (CALDEIRA, 1995, p. 431).

5 CONTRIBUIÇÃO DE MAUÁ PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL BRASILEIRO

O Barão de Mauá foi muito importante para o desenvolvimento industrial do século XIX, desenvolvimento que, posteriormente, levou à industrialização brasileira. Mauá foi um dos marcos do início das práticas capitalistas no país, incorporando no Brasil colonial fatores como o trabalho assalariado, a busca do lucro e a formação de grandes grupos de negócios.

Mauá também foi importante no que se refere à acumulação de capital e à construção da infraestrutura naquele período, fatores que viriam a ser indispensáveis para a instalação e ampliação industrial e para a compra de bens de capital. Um grande mérito do Barão é, portanto, o forte apoio ao desenvolvimento das forças produtivas, que, juntamente ao proletariado, possibilitaram a origem do capitalismo brasileiro. As



realizações de Mauá “*não deixavam de preannunciar o advento do capitalismo*”, mesmo ele sendo uma espécie de transição, “*um capitalista inserido na formação escravista*” (Gorender, 2004, p.13).

O Barão de Mauá também deve ser lembrado pela criação de seus bancos, o que ajudou a fortalecer o sistema financeiro nacional e facilitou o acesso ao crédito, por seus convênios internacionais de negócios, e por toda a infraestrutura, como as ferrovias, que ele ajudou a implementar, mesmo que indiretamente.

Mauá teve um papel fundamental na mudança de pensamento pela qual o Brasil passou na época, sinalizando a mudança de paradigma econômico. Mauá foi uma das maiores iniciativas privadas da história do Brasil e um grande inovador, que trouxe as modernidades do capitalismo para um Brasil ainda arcaico.

CONCLUSÃO

O estudo evidencia a importância do resgate da história e das realizações de Mauá para a compreensão dos primórdios do desenvolvimento industrial brasileiro e da implantação do modo de produção capitalista no Brasil. Além disso, o artigo reforça os resultados já evidenciados pela literatura no concernente ao pioneirismo e ao empreendedorismo peculiares à Mauá.

O fato das empresas de Mauá terem ido a falência nas últimas décadas de sua vida se deve a um cenário institucional, político e histórico no qual ele não pode interferir, pelo menos não isoladamente. Assim, há indícios que permitem denotar que se Mauá tivesse vivido e estabelecido suas empresas alguns anos mais tarde ou em outro país, já mais adiantado na inserção do capitalismo, talvez seus empreendimentos teriam obtido maior êxito, principalmente quando e considera o fechamento de um dos seus maiores empreendimentos, o de Ponta d’Areia, que devido às crises financeiras fora definitivamente tirado de cena em 1888.

O estudo mostra que Mauá contribuiu no desenvolvimento das forças produtivas na época, o que lado a lado algumas poucas inversões produtivas possibilitou um certo desenvolvimento industrial no período, mas o indispensável para a posterior industrialização, era ir além do conservadorismo de cunho liberal da época, pautada nos princípios de Adam Smith que se somavam e aos mesmo tempo retroalimentavam as estreitas bases do desenvolvimento industrial brasileiro.

Não há dúvidas que Visconde de Mauá foi pioneiro no que concerne às estratégias



empreendedoras nacionais com ideário industrializante, porém, além de constituir em ação praticamente isolada, viveu numa conjuntura essencialmente agrícola, em que só tinha viabilidade o comércio internacional. Apesar de sua participação relevante em vários setores econômicos a alavancagem da industrialização não fora consolidada devido aos entraves institucionais, infraestruturais e do trabalho escravo inerentes ao período analisado.

REFERÊNCIAS

AURELIANO, Liana Maria. *No limiar da industrialização*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

BERTERO, Carlos Osmar; IWAI, Tatiana. *Uma visita ao Barão*. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rac/v9nsp2/v9nesp2a02.pdf>. Acesso em: 05/11/2013.

CALDEIRA, Jorge. *Mauá Empresário do Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. São Paulo: DIFEL, 1977.

FERREIRA, Aline; HERZOG, Bruno Sanchotene. *O processo de industrialização brasileira - de Mauá a Getúlio Vargas*. 2008. Disponível em: <http://www.administradores.com.br/mobile/artigos/economia-e-financas/o-processo-de-industrializacao-brasileira-de-maua-a-getulio-vargas/25162/>. Acesso em: 27/10/2013.

FISHLOW, Albert. *Origens e consequências da substituição de importações no Brasil*. Estudos Econômicos, 1972.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 32. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

FURTADO, Milton Braga. *Síntese da Economia Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Rio de Janeiro: LTC - Livros Técnicos e Científicos Editora LTDA, 1988.

GORENDER, Jacob. *A Burguesia Brasileira*. 2ª Edição. São Paulo: Brasiliense., 2004.

KLEIN, Vinicius. *O Visconde de Mauá e a mudança institucional: razões para o fracasso da implantação das práticas comerciais capitalistas no Brasil Império*. 2010. Disponível em: <http://www.ppge.ufrgs.br/anpecsul2010/artigos/17.pdf>. Acesso em: 05/11/2013.

MAGALHÃES, Gildo. Ciência e Técnica no Brasil durante a Monarquia. *Revista de História*, 148, p.125-156, 2003.

MELLO, João Manuel Cardoso. *O capitalismo tardio*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense,



1986.

JUNIOR, Caio Prado. *História Econômica do Brasil*. 1ª Edição. São Paulo: Brasiliense, 2008.

SANTOS, Moacir Bispo.; LOPES, C.P.; CLARO, J. A. C. dos S. *Processo de inovação e empreendedorismo no Brasil: o caso Mauá*. 2009. Disponível em: <http://www.revistarai.org/rai/article/view/313/181>. Acesso em: 30/10/2013.

SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira e origem da indústria no Brasil*. São Paulo: Alpha Omega, 1976.

SUZIGAN, Wilson. *Indústria Brasileira - Origem e desenvolvimento*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

TELLES, Pedro Carlos da Silva. *História da Engenharia no Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: Clube da Engenharia, 1994.